



CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Praça "Vereador Viana Filho" – Vila América

CEP 15502-105 / Fone/Fax (017) 3421-1188

www.camaravotuporanga.sp.gov.br

17. SUGESTÕES / RECOMENDAÇÕES / OCORRÊNCIAS / RESULTADO DAS SUGESTÕES/ RECOMENDAÇÕES.

Apontamento:

Conforme o comunicado SDG N° 35/2021 feito pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, os gastos com inativos e pensionistas passaram a integrar os gastos das despesas com pessoal do Poder Legislativo, com reflexo em qualquer percentual do artigo 29-A, da CF/88, incluindo o limite de 70% dos duodécimos gastos com despesa de pessoal.

Provavelmente houve um ofício de caráter preventivo para que o órgão se planejasse, tanto no que se refere às despesas como nas peças orçamentárias.

1. Cadastros 2. Checklist 3. Auditoria 4. Fiscalização 5. Segurança 6. Notificações 7. Normatização 8. Relatórios Auxiliares 9. Publicações 10. Agenda 11. Apoio			
Relatórios * CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA			
Atualizado: 07/04/2025			
Selecione um relatório: Despesa com Folha (70%) Entidade: Câmara Municipal de Votuporanga Exercício contábil: 2025 Trava Contábil			
Folha 70%			
Ano: 2025 Mês: Março Visualizar Para conferência das informações deste relatório acesse o SCPI > Módulo Contas > Relatórios > 23 - Limite constitucional para gasto com folha de pagamento			
REPASSSE TOTAL R\$ 1.983.114,41		DESPESAS COM FOLHA DE PAGAMENTO (Total no período) R\$ 1.045.631,38	
%		PERCENTUAL (Em relação ao total repassado) 52,73 %	

No meu entendimento, o cálculo do software está incorreto, ou seja, não se retiram os gastos com inativos e pensionistas dos duodécimos entregues ;antes, somam-se às despesas com folha de pagamento.

O cálculo continua não considerando os gastos com RPPS, RGPS, contribuição previdenciária patronal e verbas indenizatórias.

Cáculo correto:

Repassse total: 2.225.250,00

Despesa com folha: 1.045.631,38 + 242.135,59 (se não foi considerado ainda) = 1.287.766,97

Percentual: 1.287.766,97/2.225.250,00 = 57,87%

Prosseguindo, a contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada global, incluindo o fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários para a execução de serviços de adequação e implantação de sistemas de segurança contra incêndio, conforme as exigências normativas previstas na legislação vigente, visando a regularização da edificação para posterior obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), foi feita em regime de urgência, com respaldo no Ato 30/2023, artigo 31.

Eu aconselho certa cautela, pois esse regime está amparado por ato administrativo normativo interno. A urgência deve ser bem justificada, uma vez que ela dispensa a fase de apresentação de propostas de acordo com o ato, utilizando-se somente as cotações.

